PLANEJAMENTO E GESTÃO DA HABITAÇÃO POPULAR: UMA ANÁLISE SÓCIO-ESPACIAL DOS ASSENTAMENTOS E OCUPAÇÕES NA CIDADE DE VITÓRIA DA CONQUISTA-BA

Miriam Cléa Coelho Almeida[38]

RESUMO

O presente artigo objetiva avaliar o planejamento e a gestão da habitação popular na cidade de Vitória da Conquista - BA, por meio de uma análise sócio-espacial dos assentamentos e ocupações urbanos. Para tanto, considerou-se as ações implementadas pelo Estado, pela sociedade civil e pelo capital, desde o início da década de 1990. Os princípios teóricos e metodológicos que orientaram as reflexões são fundamentados em Souza (2002), que propõe para a avaliação das políticas de desenvolvimento sócio-espacial urbano, o uso de dois parâmetros analíticos: a melhoria da qualidade de vida ("satisfação individual no que se refere à educação, saúde e à moradia") e o aumento da justiça social ("o nível de segregação residencial, o grau de desigualdade sócio-econômica e o grau de oportunidade para participação cidadã direta em processos decisórios importantes"). Estes parâmetros são essenciais para atestar os resultados das políticas urbanas em direção a uma "mudança social positiva". Assim, são analisadas as condições dos moradores, as condições sócio-espaciais das moradias, a acessibilidade aos equipamentos e serviços urbanos coletivos das áreas de assentamentos e ocupações e as estratégias utilizadas pelos moradores para resolver os problemas existentes relacionados ao espaço de moradia.

Palavras-chave: Estado. Sociedade Civil. Capital. Produção sócio-espacial. Habitação Popular.

[38] Professora Assistente do Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Mestre em Geografia - UFBA. E-mail: mirian@uesb.br

PLANNING AND MANAGEMENT OF HABITATION: AN ANALYSIS OF SOCIAL SPACE SETTLEMENTS AND OCCUPATIONS IN THE CITY OF VITÓRIA OF THE CONQUISTA-BA

ABSTRACT

This present article aims to assess the planning and management of popular residence in the city of Vitória da Conquista - BA, through a social – space analysis of urban land settlements and occupations. In order to that, It has been considered the actions implemented by the State, civil society and capital, since the 90`s decade. The theoretical and methodological principles that orient these reflections are based on Souza (2002), that proposes two analytical parameters to assess the politics of urban social - space development: the improvement of life quality ("individual satisfaction concerning to education, health and residence") and the increasing of social justice ("the standard of residential segregation, the grade of social-economic inequality and the grade of opportunity to citizen direct participation in important decisive processes"). These parameters are essential to attest the results of the urban politics in direction to a "positive social change". Then, It have been analyzed the inhabitants conditions, the residences social- space conditions, the access to the equipments and public urban services in the areas of land settlements and occupations, and the strategies used by the inhabitants to solve the existing problems elated to the residence space.

KeyWords: State. Civil Society. Capital. Social -Space Production. Popular Residence.

PLANIFICACIÓN Y GESTIÓN DE LA VIVIENDA: UN ANÁLISIS DE LOS ASENTAMIENTOS SOCIAL ESPACIO Y OCUPACIONES EN LA CIUDAD DE VITÓRIA DE LA CONQUISTA-BA

RESUMEN

Este artículo evalúa la planificación y gestión de la vivienda en la ciudad de Vitoria da Conquista - BA, a través de un análisis socio-espacial de los asentamientos urbanos y las ocupaciones. Con este fin,

se considera las acciones implementadas por el Estado, la sociedad civil y la capital, desde principios de 1990. Los principios teóricos y metodológicos que han guiado los debates se basan en Souza (2002), qué propuesto para la evaluación de las políticas de desarrollo socio-espacio urbano, el uso de dos parámetros de análisis: la mejora de la calidad de vida (satisfacción con cada uno de para educación, salud y vivienda) y aumentar la justicia social ("el nivel de segregación residencial, el grado de desigualdad socioeconómica y el grado de oportunidad para la participación directa de los ciudadanos en la toma de decisiones importantes"). Estos parámetros son esenciales para certificar los resultados de las políticas urbanas hacia "un cambio social positivo." Así, se analizan las condiciones de los residentes, las condiciones socio-espacial de la vivienda, la accesibilidad a los equipamientos y los servicios urbanos colectivos y de las zonas de asentamiento y las ocupaciones y las estrategias utilizadas por los residentes para resolver problemas relacionados con el espacio vital.
Palabras-clave: Estado, Sociedad civil, capital, Producción socio-espacial, Vivienda Pública.

Introdução

A habitação popular na cidade de Vitória da Conquista – BA, segunda maior cidade do interior do Estado da Bahia, localizada no sudoeste baiano, conforme Figura 1, foi ao longo dos anos, alvo de programas realizados pelo Banco Nacional de Habitação (BNH), pela Companhia de Habitação e Urbanização (URBIS) e pela Cooperativa para Construção de Habitação Popular (INOCOOP), que tinham como objetivo facilitar o acesso da população de baixos rendimentos, à habitação. Entretanto, contraditoriamente, na prática, estes programas não garantiram o acesso a essa população por não possuírem as condições econômicas exigidas pelos órgãos de financiamento. Estes programas foram capturados, quase que em sua totalidade, pela classe média local.

Excluídos dos programas, a resposta popular se configurará, no plano municipal, por um lado, na realização de ocupações urbanas, a partir de meados da década de 1980 e, por outro, no confronto com o executivo municipal exigindo uma política de habitação que garantisse o acesso dessa população à moradia.

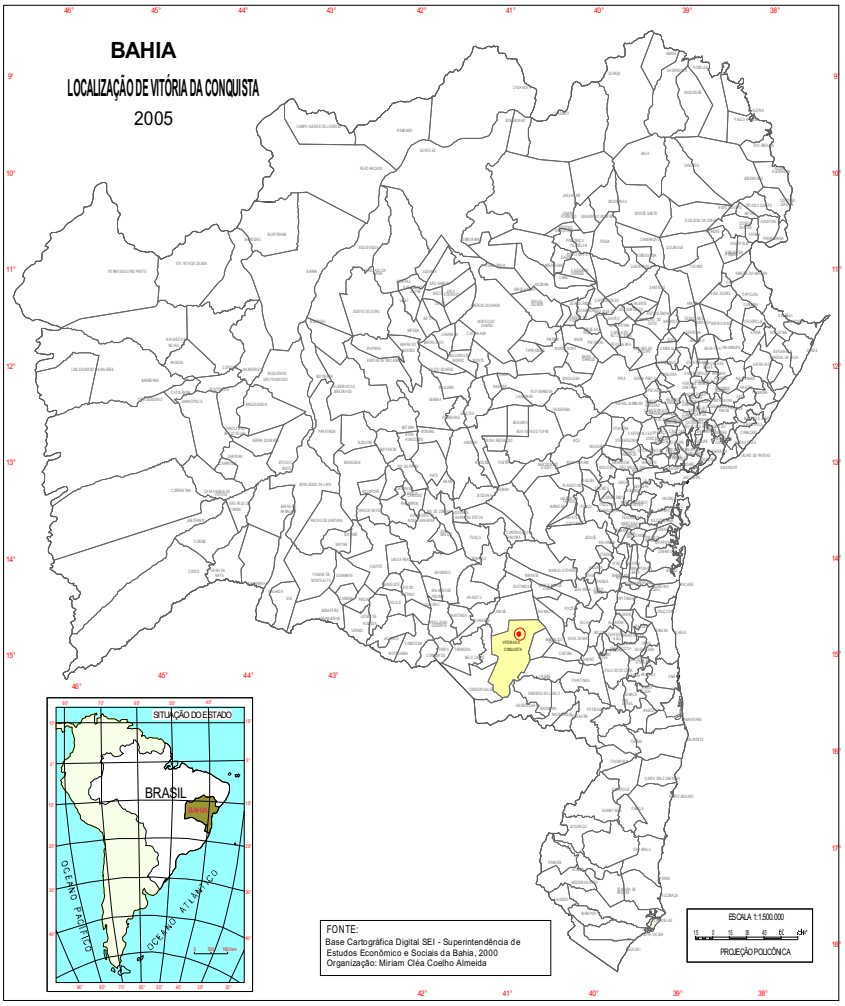


Figura 1 - Localização do município de Vitória da Conquista - BA. Elaboração - ALMEIDA, Miriam Cléa C.

Como resultado da pressão popular, e do aparente "vazio institucional"[39] no plano federal, em 1991 é promulgada a lei municipal nº. 570/91 que institucionaliza a política de habitação popular, com a criação do Programa Municipal de Habitação Popular

[39] **Sobre o "vazio institucional" e "ambigüidade" da política nacional de habitação em toda a década de 1990 e início de 2000, ver RAMOS, Maria Helena R. e SÀ, Maria Elvira Rocha. Avaliação da política de habitação popular segundo critérios de eficácia societal. In: RAMOS, Maria Helena R. (Org) Metamorfoses sociais e políticas urbanas. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.**

(PMHP), vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Social e Coordenação de Habitação Popular, com o objetivo de reduzir, no município o déficit habitacional atendendo às famílias em situação de desemprego, subemprego, e emprego de baixa renda, que viviam em precárias condições sócio-econômicas e em moradias inadequadas, como as localizadas em áreas de risco, sujeitas a alagamento, de preservação ambiental ou, ainda, em espaços alugados ou cedidos de forma provisória.

O programa municipal é, então, responsável pela criação dos treze assentamentos urbanos hoje existentes na cidade. Esclarece-se desde já que assentamentos e ocupações não serão tratados como sinônimos, pois, a Prefeitura Municipal considera assentamentos as áreas cujos lotes foram doados pelo PMHP. Os assentamentos foram instituídos de duas maneiras: alguns foram planejados originariamente pelo PMHP e outros, foram criados por meio das ocupações e reconhecidos, posteriormente, pelo Programa. Já as ocupações são produzidas pela luta dos sem teto em busca do uso do espaço para fins de moradia. Esta luta ocorreu tanto no plano individual quanto no coletivo.

As ações implementadas pelo PMHP até 2004 não foram suficientes para atender à demanda e garantir o direito à cidade e ao urbano[40]. Assim, a resposta popular, continua sendo por meio das ocupações no espaço urbano, e pela pressão popular na luta pela melhoria da qualidade de vida e, consequentemente, pelo aumento da justiça social.

Somente a partir de 2000 é que são observadas intervenções concretas do governo federal, para atender à população de baixa ou nenhuma renda, a exemplo dos programas PSH, Pró-Município e Pró-Moradia, mas, ainda distantes de atender aos problemas do conjunto dos assentamentos e ocupações. Todavia, é justo reafirmar que esses problemas não são exclusivos da cidade de Vitória da Conquista. Em 2004, o Sistema Nacional de Indicadores Urbanos (SNIU) estimou um déficit habitacional de 7,2 milhões, com mais de 10 milhões de domicílios com problemas de infra-estrutura, mostrando que a dívida social brasileira com a habitação popular é

[40] Aqui será considerada a análise de LEFÈBVRE acerca da cidade e do urbano, tratada em sua obra *O direito à cidade.* São Paulo: Centauro, 2001. (Tradução Rubens Eduardo Frias)

bastante significativa, especialmente com a população de até três salários mínimos que corresponde a 92% do total do déficit habitacional brasileiro.

Soma-se a este quadro a especulação territorial e imobiliária praticada no conjunto da cidade e a realizada nos assentamentos e ocupações que também contribuíram, respectivamente, para a expulsão da população de baixa ou nenhuma renda para as áreas mais afastadas e dificultaram o acesso à moradia.

A análise sócio-espacial dos assentamentos e ocupações é feita tendo como parâmetro as políticas implementadas, o perfil dos moradores e da moradia e a acessibilidade dos moradores aos equipamentos e serviços urbanos coletivos, por meio do exame do acesso à energia elétrica; do abastecimento de água; da instalação e esgotamento sanitário; da educação; da saúde; da pavimentação e transporte coletivo; e da limpeza urbana e coleta de lixo. Estes indicadores balizarão a análise da melhoria da qualidade de vida e do aumento da justiça social, nos moldes propostos por Souza (2002).

Perfil dos moradores e da moradia

Os moradores das áreas de assentamentos e ocupações são originados em sua grande maioria, 73% do próprio município de Vitória da Conquista, sendo 16% desses vindos da zona rural e 84% de vários bairros da cidade. Os outros 27% se originam de alguns municípios baianos, ou, em menor número, de outros Estados.[41]

Os responsáveis pelas famílias são 47% casados; 21% solteiros; 22% conviventes; 7% viúvos e 3% outros (tios e avós). Se relacionados com os dados apresentados pelos censos demográficos realizados pelo IBGE, em décadas anteriores, os números apontam ainda que as famílias estão menores: 55% estão constituídas de até 4 membros, 40% de 5 a 8 membros e apenas 5% com mais de 9 membros. Este dado contradiz a tendência geral de que quanto menor o rendimento das famílias maior o número de filhos e ainda confirma que a transição demográfica brasileira já é uma realidade para alguns lugares.

[41] Todos os dados específicos dos assentamentos e ocupações presentes neste artigo, têm como fonte a pesquisa realizada em dezembro de 2004 e janeiro de 2005, pela autora do presente artigo em treze assentamentos e dezessete ocupações na cidade de Vitória da Conquista -BA.

O responsável pela família possui um nível de escolaridade muito baixo são 27% analfabetos, 7% alfabetizados e 54% sequer concluíram o ensino fundamental. Com isso, 88% são analfabetos ou abandonaram os estudos nas séries iniciais. Dos 12% restantes, apenas 5% concluíram o ensino fundamental, 3,5% estão cursando o ensino médio e 3,5% já concluíram o ensino médio. Nenhum está cursando ou concluiu o nível superior.

Este quadro sugere que a evasão escolar possui uma forte relação com as famílias de baixa renda em que a busca da melhoria das condições de vida impede a continuidade dos estudos, ficando submetidos a um baixo nível de escolaridade. Este cenário será retomado mais adiante.

A distribuição de renda na cidade de Vitória da Conquista levantada pelo IBGE (2000), revela uma concentração dos baixos rendimentos nas áreas situadas nos limites últimos da malha urbana, exatamente onde estão localizadas as áreas de assentamentos e ocupações.

Dados SNIU (2000), objeto da Tabela 1, apesar da utilização de grande intervalo de dados, revelam que dos domicílios particulares permanentes existentes em Vitória da Conquista, 10,4% dos responsáveis pelas famílias não possuem rendimentos, 76,2% não conseguem ultrapassar 5 salários mínimos, sendo que 7,6% destes possuem rendimento mensal inferior a 1 salário mínimo, 7,9% percebem de 5 a 10 salários mínimos e somente 5,5% percebem mais de 10 salários mínimos.

Tabela 1- Número de domicílios particulares permanentes por faixa de renda da pessoa responsável. Vitória da Conquista - BA, 2000.

	Inferior a 1 SM	De 1 a 5 SM	De 5 a 10 SM	De 10 a 15 SM	Mais de15 SM	Sem Rendimentos
Vitória da Conquista	4.832	43.619	5.010	1.376	2.099	6.616
	7,6%	68,6%	7,9%	2,2%	3,3%	10,4%

Fonte: SNIU - 2000. SM - Salário Mínimo

A realidade do rendimento mensal da pessoa responsável pela família, específica dos assentamentos e ocupações, confirma que aí se concentra os menores rendimentos sendo que, 11% das famílias estão sem rendimentos, 49% percebem até um salário mínimo, 35%

percebem até 2 salários mínimos, 3,5% até 3 salários mínimos e apenas 1,5 % percebem acima de 3 salários mínimos.

Os rendimentos são oriundos de aposentadorias e pensões 21%, de trabalho remunerado 46%, outros (Ambulante/Bico[42] Bolsa Escola, Bolsa Família, etc) correspondem a 19% e os que não responderam totalizam 14%. Dos que declararam realizar trabalho remunerado apenas 21,6% possuem carteira assinada. Considerando que o mercado formal é constituído pelos trabalhadores com carteira assinada e o mercado informal por aqueles que não possuem carteira assinada, pode-se dizer que 78,4% desses trabalhadores constituem o mercado informal, cujas atividades desenvolvidas são quase sempre esporádicas. Este quadro mostra a fragilidade das relações de trabalho que são estabelecidas com estes trabalhadores nas áreas em estudo.

Quanto às condições de trabalho, acredita-se que o baixo nível de escolaridade é o principal responsável pela ocupação de postos de baixo rendimento e de baixa qualificação. Ao analisar o conjunto das atividades ocupacionais desses trabalhadores vê-se que dentre os empregados, ocorre uma concentração de trabalhadores em atividades de baixa ou nenhuma qualificação delineando uma precarização das condições e das relações de trabalho nessas áreas.

Convém considerar ainda que a atividade que ocupam não, necessariamente, significa rendimentos mensais para a família, pois muitos dos pedreiros, serventes e outros passam períodos desempregados. Mesmo assim, com o conjunto dos dados é possível afirmar que estes trabalhadores estão submetidos a um alto grau de precarização das condições e relações de trabalho. A diversidade de atividades informais registradas nos faz corroborar a idéia de que "o mundo do trabalho não se restringe mais à fábrica, tampouco a fábrica é o mundo do trabalho" (THOMAZ JR., 2002, p.07).

A precarização do trabalho se materializam no espaço. Os imóveis pesquisados constituem-se de casas cujas repartições variam de 1 a mais de 5 cômodos, com maior ocorrência desta última. Apesar disso as residências são consideradas pequenas, pois, a maioria absoluta não chega a 50 m^2, em área construída. Em sua grande maioria, 81% foram construídos com bloco, 10% com tijolo, 8% misto (tijolo, bloco, madeira, lona) e 2% com adobe. Mas, a

[42] Bico refere-se às atividades sem qualificação e de baixa remuneração realizadas esporadicamente pelos trabalhadores.

observação direta nos permite afirmar que em geral estão sem reboque e mal acabadas.

Em muitas residências são contundentes os sinais da ruralidade como os quintais, as cercas vivas, o galinheiro, o forno de barro, o jardim com floreiras, dentre outros, principalmente, onde o adensamento populacional é mais rarefeito. Nos assentamentos e ocupações, os moradores logo após a ocupação imprimem as suas marcas culturais na paisagem habitacional. E, em se tratando de conjuntos habitacionais, contrariam o projeto arquitetônico que quase sempre são de inspiração funcionalista do planejamento tecnicista e, portanto, não consideram a dimensão sócio-cultural dos futuros moradores.

Ademais, nestes projetos de habitação popular privilegiam-se o planejamento do espaço privado (casa) e subjugam o espaço público do encontro e da convivência cotidiana. Quase sempre, essas áreas "não projetadas", como as áreas verdes ou institucionais, ficam sujeitas ao acaso e abandono. As áreas verdes e praças dos assentamentos têm se caracterizado pelo matagal, acúmulo de lixo e, com raríssimas exceções, por horta comunitária. O abandono dessas áreas não contribui para o fortalecimento dos encontros e das relações cotidianas.

Talvez por esta razão, na cidade de Vitória da Conquista, quase a totalidade das ocupações foram realizadas em áreas verdes ou institucionais, projetadas no macro planejamento da cidade nas décadas de 1980 e 1990, são alguns exemplos dessa realidade as ocupações: CGC – Canteiro central, José Machado Costa, Paulo Rocha, Anelita Nunes, parte do Renato Magalhães, Alto da Conquista, Kadija (ao lado do cemitério), Pedrinhas/Nova Esperança, Encostas do Conveima I e II e Santa Terezinha.

O acesso à moradia nas áreas de assentamentos e ocupações pesquisadas tem ocorrido de três formas: por ocupação (individual ou coletiva), por assentamento via distribuição de lotes ou por assentamento via doação de unidades habitacionais produzidas pelo Programa de Habitação Social (PSH) do governo federal. Quanto à condição de ocupação da moradia 92,7% são próprias, 3% são alugadas, 4% são cedidas e 0,3% ocupadas de outra forma (empréstimos ou ocupação).

O percentual de domicílios próprios nos assentamentos e ocupações segue a tendência geral da cidade em que 70% dos

domicílios particulares permanentes são considerados próprios. Contudo, faz-se um parêntese para esclarecer que o conceito de casa própria do IBGE e da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD) não indica a forma de apropriação do terreno e nem a forma de produção da casa própria. Desse modo, Suerdieck e Magalhães (2003, p. 123) advertem que,

> [...] diante de tão baixos rendimentos, que impossibilitam a constituição de uma demanda efetiva para o mercado de moradias, e em face da oferta oficial insuficiente de habitações – ainda mais fragilizada com a crise do Estado nos anos 90 – a casa própria não pode resultar senão do processo que combina a apropriação de terrenos de terceiros e a autoconstrução. Isto é, a propriedade da moradia não pressupõe, para as parcelas mais pobres da população, a propriedade do terreno. Esta tem sido a realidade dos grandes centros urbanos sobretudo, mas também das periferias das cidades de pequeno e médio portes, onde o fenômeno das invasões de terras públicas e particulares tem sido por demais vivenciadas e estudado.

Outro aspecto a ser considerado é a prática do aluguel em 3% dos imóveis tanto nos assentamentos como nas ocupações o que demonstra que nem todos procuram o acesso a moradia para uso residencial mas, também, para outros usos como o comercial, representado pela especulação imobiliária, o que confirma as particularidades e complexidade do valor de uso desta mercadoria, tão bem analisados por Harvey (1980).

Em alguns casos, os moradores justificam o abandono ou comercialização do imóvel em função de problemas familiares como saúde e desemprego. Esses problemas fazem com que muitos tenham que se deslocar para outras áreas ou mesmo mudar para outras cidades. Quando se trata de imóvel em assentamentos, alguns desses casos são colocados em discussão no Conselho Municipal de Habitação Popular para apreciação e deliberação. No entanto, a grande maioria dos casos ocorre à revelia desse Conselho.

O cenário esboçado comprova a necessidade de se pensar uma política de habitação popular muito além da distribuição de lotes e

unidades habitacionais. É preciso, sobretudo, uma articulação que aproxime as dimensões do morar e do trabalhar.

Acesso aos Equipamentos e Serviços Urbanos Coletivos

Os equipamentos urbanos coletivos, na cidade produzida sob a lógica do capitalismo, são mercadorias com acessibilidade restrita. Nesse sentido, no espaço urbano se materializa, por um lado, o processo de concentração desses equipamentos e, por outro, o processo de segregação sócio-espacial da população trabalhadora.

Na Tabela 2, dados do IBGE e da Fundação João Pinheiro (2000), em que relacionam a carência de infra-estrutura com as faixas de renda, confirmam que em Vitória da Conquista 66,55% dessa carência também se concentra na população trabalhadora de até 3 salários mínimos, que, em geral, moram em locais com intensa precariedade dos equipamentos e serviços urbanos coletivos.

Tabela 2 - Carência de infra-estrutura urbana, por faixa de renda. Vitória da Conquista - BA, 2000.

	Até 3 SM		Mais de 3 a 5 SM		Mais de 5 SM		Total Geral	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
Vitória da Conquista	18.739	66,55	4.676	16,61	4.742	16,84	28.157	100

Fonte: IBGE – Censo Demográfico (2000) e Fundação João Pinheiro (2000).
SM - Salário Mínimo

A intensidade e diversidade da precariedade dos equipamentos e serviços urbanos coletivos nos locais de moradia passam, nesse momento, a ser esboçada por meio da análise do acesso à energia elétrica, ao abastecimento de água, à instalação e esgotamento sanitário, à educação, à saúde, à pavimentação, ao transporte coletivo e à limpeza e coleta de lixo pelos moradores dos assentamentos e ocupações.

Segundo informações da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), o fornecimento de energia elétrica é um dos serviços com melhor cobertura nos domicílios urbanos da Bahia. Em 1999, segundo este mesmo órgão, 92% dos domicílios urbanos com população de até 1 salário mínimo já tinham

acesso à energia elétrica e os domicílios urbanos destinados à população com renda a partir de 5 salários mínimos todos tinham esse serviço.

Cabe salientar que o mesmo não pode ser dito quanto à disponibilização desse serviço na zona rural do Estado. É importante mencionar também que esta pesquisa não indica a forma de acesso à energia elétrica, se por rede geral ou por ligações clandestinas.

Conforme relatório da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (Coelba), de fevereiro de 2005, a sede municipal de Vitória da Conquista possuía 71.190 consumidores residenciais. A capacidade do sistema instalado é considerada bastante satisfatória atendendo a toda demanda da malha urbana.

No entanto é conveniente observar que o acesso à energia elétrica não se restringe à capacidade do sistema instalado. Os custos com a instalação de equipamentos, o custo do consumo e a distribuição espacial dos loteamentos e moradias também se constituem, para os moradores de baixa ou nenhuma renda, em barreiras para o uso deste serviço.

A infra-estrutura do serviço de energia elétrica nas áreas de assentamentos e ocupações atinge à quase totalidade dos domicílios sendo que 91% destes possuem energia elétrica e apenas 9% ainda não tem. Cabe ressaltar que, 5% dos que declararam não possuir energia elétrica, a possuem por meio das ligações clandestinas[43]. Então, não foram considerados como possuidores de acesso à energia. Em alguns casos, estas ligações oferecem risco não apenas aos proprietários das moradias, mas também aos transeuntes que se arriscam pelas ruas, entrelaçadas com fios elétricos estendidos em postes improvisados de madeira.

Embora quase a totalidade tenha acesso à energia elétrica, existem alguns moradores ainda às escuras, pelo fato da empresa responsável ainda não ter feito as ligações. Uma das justificativas apresentadas pela Coelba aos moradores, é a inexistência de infra-estrutura urbana mínima como a falta de definição de ruas. Em outros casos é a falta de condição financeira dos moradores para realizar as ligações nos domicílios ou a dificuldade de realizar o pagamento da conta do consumo de energia, mesmo estando incluídos no programa de tarifa social oferecido pela empresa distribuidora.

[43] Dados SNIU (2000).

Na Bahia, de acordo com a SEI, no final da década de 1990 o índice de canalização interna para o abastecimento de água passa de 49% registrados em 1992 para 62% em 1999. Isso se deve ao acréscimo de 48% dos domicílios com canalização em apenas um cômodo.

Ao observar o panorama municipal vê-se, conforme dados do SNIU (2000), que do total de domicílios particulares permanentes em Vitória da Conquista, 79,8% possuem acesso à água por meio da rede geral, 10,3% por poço ou nascente e 9,9% de outras formas. Do total de domicílios com acesso pela rede geral, 88% possuem canalizações internas e 12% não possuem canalizações. Já os que possuem acesso via poço ou nascente, 38% possuem canalizações, 13% possuem canalizações apenas no terreno e 49% não possuem canalizações. Por último, os que usam outras formas de acesso 6% possuem canalizações internas, 5% possuem canalizações apenas no terreno e 89% não possuem canalizações.

Quanto ao abastecimento de água nos domicílios dos assentamentos e das ocupações, a pesquisa revela que 85% possuem o abastecimento de água via rede geral, 2% de cisternas localizadas no próprio domicílio, 1% consegue água de outras formas e 12% não possuem abastecimento de água.

É curioso notar que nos assentamentos melhor estruturados o percentual de moradores que não tem acesso ao abastecimento de água é ligeiramente superior ao das ocupações. Aqui, da mesma forma que o acesso à energia elétrica, a restrição do acesso à água deve-se, tanto a problemas de infra-estrutura urbana, principalmente, nas áreas mais afastadas do centro da cidade e com maior altitude, quanto à impossibilidade de arcar com os custos gerados pelo seu consumo. Destaca-se ainda que a prática de moradores em utilizar da água do vizinho e, em menor número, de pontos de água em áreas públicas, pode justificar a discreta diferença entre o acesso à energia elétrica e ao abastecimento de água por parte desses moradores.

O acesso ao abastecimento de água pela rede geral é considerado um aspecto positivo, pois parte-se do pressuposto de que exista um maior controle da qualidade da água bem como a presença de canalizações internas para os domicílios em pelo menos um cômodo.

A inexistência de pesquisas anteriores nas áreas estudadas não permite observar o comportamento da oferta desse serviço ao longo

dos anos. Assim, não é possível dizer se houve aumento, redução ou manutenção desse quadro.

Apesar da ampla cobertura do serviço de abastecimento de água na cidade, são muitas as reclamações dos moradores na imprensa local quanto à qualidade desse serviço. As áreas que se situam nos pontos mais altos, ao longo da Serra do Periperi, ficam sem água por período de até oito dias, ademais os moradores ainda reclamam dos valores das contas que, segundo eles são incompatíveis com o uso desse serviço. Em visita ao escritório da Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa) em Vitória da Conquista foi possível constatar o grande número de reclamações referentes às contas, a leitura dos hidrômetros e a insatisfação com o atendimento.

Segundo a SEI, entre os serviços de saneamento básico, a instalação e esgotamento sanitários destacam-se, na Bahia, pela maior precariedade, mesmo registrando-se na década de 1990 um aumento de 40% na instalação de esgotamento nos domicílios particulares permanentes e uma redução de 20% dos domicílios particulares permanentes sem esgotamento sanitário.

Ao analisar as condições gerais das formas de escoamento da instalação sanitária em Vitória da Conquista, observa-se que embora 89,5% dos domicílios possuam banheiro ou sanitário, somente 38,9% canalizam os dejetos para a rede geral de esgoto e 10,7% para fossas sépticas. Isto significa que 50,4% do total de domicílios possuem formas inadequadas de escoamento dos dejetos domésticos.[44]

Nos assentamentos e ocupações esse quadro não é diferente, também se situam em áreas sem ou com formas inadequadas de esgotamento, sendo considerado um dos maiores problemas infra-estruturais enfrentados pelos moradores. Do total de domicílios pesquisados, apenas 24% possuem formas apropriadas para a destinação dos dejetos domésticos (sendo que 21% usam o esgotamento sanitário e 3% utilizam fossa séptica), e estão localizados, sobretudo, nas áreas de assentamentos. A maioria absoluta dos domicílios 76% possui formas inadequadas para a destinação dos dejetos. Desses, 41% utilizam fossas sumidouros, 15% utilizam esgoto a céu aberto e 20% associam fossa sumidouro com esgoto a céu aberto.

[44] Dados do SNIU (2000).

A inexistência de drenagem apropriada para os dejetos está fortemente relacionada com a ocorrência de problemas ambientais como a contaminação de lençol freático e com problemas de saúde seja da família ou da coletividade.

Soma-se a essa realidade as condições internas dos domicílios. Do total pesquisado, 90% declararam possuir banheiro e apenas 10% não possuíam. Quase todos os banheiros estão localizados dentro da residência, mas, mesmo que a maioria dos domicílios tanto nos assentamentos como nas ocupações indicassem a existência de banheiro, dada às limitações da pesquisa pela dificuldade de acesso ao interior das residências, não foi possível qualificar esta informação. Sabe-se, no entanto, que existe uma variação nos tipos de banheiro que vão desde os mais estruturados com vaso sanitário, local para banho e todos os outros recursos e espaços para higiene e conforto, até aqueles que possuem apenas um buraco para dejeções.

O esgotamento sanitário assim como outros serviços urbanos são prestados por empresas privadas ou de capital misto, por meio da terceirização dos serviços e, portanto, estão submetidos à lógica do mercado. Ao analisar esta questão, Ramos e Sá (2003, p. 159) afirmam que:

> Quanto à questão do saneamento, prevalece também a defesa do Estado mínimo, viabilizando a privatização dos serviços relacionados à infra-estrutura e, portanto, determinando o livre jogo do mercado como forma de regulamentação das relações de produção e consumo de serviços básicos (RAMOS, 2003).

Assim, as áreas consideradas mais pobres da cidade ficam extremamente prejudicadas e submetidas à lógica do mercado, como é o caso dos assentamentos e ocupações.

Quanto à análise do acesso à educação foram consideradas as dimensões física e social da acessibilidade. Do ponto de vista físico, os moradores reclamam da localização e distância das escolas. Este fato é também identificado no projeto do Plano Diretor Urbano (2004, p.39) em que se constata que na cidade,

> Há sérios problemas de acessibilidade às escolas, o que se torna um complicador para o atendimento, já dificultado pela mobilidade espacial das famílias pobres. O Anel Rodoviário separa os bairros Henriqueta Prates e Miro Cairo e o Ginásio na Vila Serrana; a Avenida Juracy Magalhães separa Morada dos Pássaros do Loteamento Conquistense, por exemplo.[45]

Do ponto de vista social, os moradores dos assentamentos e ocupações também enfrentam problemas de acessibilidade. Como observado anteriormente, o nível de escolaridade da pessoa responsável pela família é muito baixo, ademais, a evasão máxima registrada pela Secretaria Municipal de Educação no ensino regular nas escolas que também atendem os alunos das áreas de assentamentos e ocupações é de 28%.

A dificuldade de continuidade da escolarização está fortemente relacionada com a baixa qualidade de vida. Os motivos que levam a evasão não são levantados pela Secretaria, contudo, apesar da evasão ser um fenômeno disperso pela cidade, por se tratar de alunos filhos de pais com baixo nível de escolaridade, desempregados ou subempregados pode-se inferir que o abandono dos estudos deve-se à baixa qualidade de vida dessas famílias.

Outro aspecto a ser evidenciado é a relação entre demanda e oferta de vagas nas escolas. Ao analisar o censo escolar 2000 a 2004, observa-se uma redução do número de matrículas na rede municipal e, no geral, uma superioridade da oferta em relação à demanda. Entretanto, esta redução deve ser analisada com cautela, pois, não necessariamente, pode significar o atendimento pleno à demanda.

Ao particularizar a análise, vê-se ainda, uma concentração da demanda e, consequentemente, a insuficiência de vagas em algumas áreas, a exemplo do que acontece com o colégio localizado na URBIS VI que atende a seis áreas estudadas: Vila América, CGC – Canteiro Central, Anelita Nunes-Tanque Seco, José Machado Costa, Paulo Rocha e Renato Magalhães. Outro exemplo disso é o colégio localizado no loteamento Miro Cairo, que atende aos alunos dos assentamentos Henriqueta Prates e Recanto das Águas.

---

[45] PROJETO DO PLANO DIRETOR URBANO (PDU), vol. I, Vitória da Conquista - BA, 2004.

Do total geral dos domicílios pesquisados, 31% das pessoas residentes não estudam por motivos diversos, dentre os quais, destaca-se a necessidade de trabalhar para sustentar a família ou para complementar o rendimento familiar mensal.

Quanto ao Programa Reaja, específico da educação de Adultos, os índices de evasão são alarmantes, atingindo um índice máximo de até 84% de evasão. Além da relação deste quadro com a baixa qualidade de vida, os moradores atribuem este índice de evasão ao turno de funcionamento do programa (noturno), pois, a falta de segurança no local de moradia faz com que o deslocamento até as escolas representa riscos à integridade física dos moradores.

Em reunião com os moradores também foram feitas reclamações quanto à função da escola. Referiram-se, principalmente, à falta de discussão na e pela escola, dos problemas locais a que os alunos e seus familiares estão submetidos, como o problema de acesso à moradia, falta de pavimentação, segurança, regularização fundiária, transporte urbano, dentre outros. Se entendemos que a educação é fundamental para a construção da cidadania, os depoimentos levantam questionamentos quanto à contribuição da escola na formação cidadã, além de possuir relações diretas com o grau de autonomia da participação desses moradores nos fóruns de debate e deliberações dos problemas que os envolvem.

A análise das condições de saúde das famílias que residem nas áreas de assentamentos e ocupações urbanas considera aspectos como as condições infra-estruturais, nível de escolaridade e condição sócio-econômica.

Como vimos, os graves problemas infra-estruturais em que esta população está submetida, como a inexistência ou a precariedade do saneamento básico, expõe os moradores a diversos tipos de doenças como dengue, verminose, hepatite, leptospirose dentre outras. Segundo a Secretaria Municipal de Saúde, todas elas estão fortemente relacionadas com a existência de um meio ambiente poluído. O baixo nível de escolaridade deixa os moradores ainda mais vulneráveis às doenças.

Acrescenta-se a esta realidade, a condição sócio-econômica dos trabalhadores, constituídos, em sua maioria, de desempregados e subempregados fazendo com que problemas como a desnutrição seja também importante. Em famílias com dificuldades em conseguir as condições mínimas de sobrevivência como a alimentação, torna-se

complicada a manutenção da higiene doméstica e mesmo corporal, deixando-os suscetíveis às enfermidades. Desse modo, as famílias são dependentes da rede pública de saúde: do Sistema Único de Saúde (SUS) das redes estadual e municipal, que possuem postos de atendimento em diferentes pontos da cidade.

A rede de saúde municipal tem se pautado no modelo de gestão participativa e no Programa de Saúde da Família (PSF), cujas prioridades são a educação, a prevenção e o acompanhamento de doenças crônicas. Segundo informações da Secretaria Municipal de Saúde, em 2005, a rede contava com 37 unidades do PSF, sendo 14 na zona rural e 23 na zona urbana e mais 06 unidades tradicionais.

Ainda utilizando informações da Secretaria Municipal de Saúde, o modelo de atendimento adotado pela Prefeitura Municipal produziu resultados positivos como: queda da mortalidade infantil e da morbidade por doenças cardiovasculares, maior causa de óbitos em 1997; ampliação da cobertura vacinal em 100% das crianças e idosos; controle das doenças endêmicas; e correção das distorções no padrão de atendimento em estabelecimentos públicos e conveniados. O crescimento do atendimento ambulatorial, entre 1996 e 2002, foi de aproximadamente 150%, enquanto no Estado da Bahia cresceu em torno de 80%.

Mesmo com os avanços no sistema de saúde pública municipal a partir de 1997 a população segregada nos limites últimos da malha urbana ainda reclama da morosidade do atendimento, da deficiência dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) ligados à saúde preventiva e do atendimento de emergência.

O serviço de transporte coletivo urbano em Vitória da Conquista é constituído pelas empresas de ônibus e pela frota de táxis. Entretanto, considerando que os espaços aqui analisados servem-se majoritariamente dos ônibus urbanos, será dada atenção especial a este tipo de transporte. É importante destacar que com o controle rigoroso exercido pela Prefeitura Municipal, por meio do Sistema Municipal de Trânsito e Transporte (SIMTRANS), na regulamentação, autorização e circulação do transporte coletivo urbano, não se percebe a existência de transporte alternativo de passageiros realizado por motocicletas e vâns na cidade.

A rede do transporte coletivo urbano possui fluxos principais e secundários, constituídos pelas linhas perimetral, radial e diametral. As linhas perimetrais, ligam um bairro a outro sem passar pelo centro,

totalizando 2 linhas; as radiais, ligam bairros ao centro, totalizando 33 linhas e, as diametrais, ligam um bairro a outro pelo centro da cidade, totalizando 8 linhas[46].

Ao analisar a acessibilidade física e social dos moradores a essas linhas, observa-se que as vias secundárias do transporte coletivo urbano chegam aos assentamentos e ocupações, no entanto, é necessário ponderar que a quantidade de ônibus nas linhas específicas dessas áreas é insuficiente, fazendo com que o tempo de espera dos moradores no ponto de ônibus seja, em muitos casos, superior à uma hora. Outro aspecto a ser evidenciado é que nem sempre a distribuição de pontos de ônibus cobre a área total do assentamento ou da ocupação. Em alguns casos, os moradores são obrigados a percorrer distâncias consideráveis até o ponto de ônibus. A falta de segurança e a insuficiência de iluminação das vias públicas tornam esses deslocamentos, no turno noturno, perigosos. Na pesquisa, 32% dos moradores entrevistados reclamaram da qualidade do serviço de transporte coletivo urbano.

Destaca-se ainda que o custo do transporte coletivo se referencia na lógica do mercado e, portanto, é considerado muito elevado pelos trabalhadores desempregados ou subempregados, fato que impossibilita o seu acesso a este serviço. Para muitos moradores, os deslocamentos à pé ou de bicicleta representam as únicas alternativas de mobilidade urbana. Contudo, o desenho urbano das vias de circulação revela que, ao longo dos anos, não se preocupou com a criação ou melhoria das condições estruturais para este tipo de deslocamento na cidade, como estacionamento para bicicletas ou pistas especiais para ciclistas ou pedestres. A análise dos fluxos da estrutura viária mostra claramente a prioridade dada ao deslocamento dos veículos automotores. Com isso, a disputa do espaço pelos pedestres e ciclistas com esses veículos é constante e, quase sempre, vence o automóvel, provocando acidentes fatais no trânsito.

Com esta realidade é mister a elaboração de projetos de trânsito e tráfego que invertam esta lógica de mobilidade urbana praticada na cidade, ao longo dos anos.

Ao estabelecer um contraponto entre o transporte urbano coletivo e a pavimentação urbana, embora se observe um esforço da Prefeitura Municipal para realizar a pavimentação asfáltica nos

[46] Informações fornecidas pela Coordenação de Transportes em 2005.

corredores do transporte coletivo, os assentamentos e ocupações, em sua grande maioria, não possuem nenhum tipo de pavimentação o que tem sido utilizado como uma das justificativas para a dificuldade do acesso do transporte coletivo urbano a estas áreas. A pavimentação das ruas é apontada com 78%, como o segundo maior problema enfrentado pelos moradores, perdendo apenas para a falta de segurança. Os moradores reclamam das péssimas condições das vias públicas produzindo com as chuvas e os esgotos que correm na superfície, muita lama e mau cheiro, e, em outros períodos, é a poeira que incomoda as famílias.

A falta de informações na Secretaria de Obras e Serviços Públicos sobre as condições gerais da pavimentação das vias urbanas em Vitória da Conquista, impede uma maior precisão quanto à totalidade da área urbana pavimentada e, consequentemente, uma análise mais aprofundada dessa questão.

O serviço de limpeza urbana e coleta de lixo são realizados na sede municipal por empresa terceirizada que, conforme informações da Divisão de Limpeza Pública é responsável por 70% do total do serviço e 30% de responsabilidade da Prefeitura que realiza a varrição de vias públicas e coleta de lixo em locais de difícil acesso. A coleta de lixo em locais de difícil acesso conta com a participação de uma cooperativa de carroceiros que recolhe o lixo em carroças de tração animal. Todo o lixo coletado é depositado no lixão, localizado a 9 Km do centro da cidade, sob a forma de vazadouro à céu aberto.

No conjunto da cidade o serviço de limpeza urbana e coleta de lixo são considerados satisfatórios. Todavia, as áreas em estudo estão situadas exatamente onde esse serviço é realizado, em sua grande maioria, de forma precária por carroças de tração animal que depositam o lixo em containeres distribuídos em pontos estratégicos e são, posteriormente, esvaziados pelos carros compactadores da empresa terceirizada.

Desse modo, com diferentes intensidades, a presença de lixo e entulho é constante nos assentamentos e ocupações. A irregularidade na freqüência e a demora na coleta do lixo depositado nos containeres fazem com que o lixo seja espalhado, produzindo mau cheiro, expondo os moradores a riscos de saúde e degradando o ambiente, sobretudo, em áreas com menor altitude e sob influência do Rio Verruga.

Esses problemas, somados aos hábitos culturais inadequados dos moradores tais como: depósito de entulhos em terrenos baldios e vias públicas, forma inadequada do acondicionamento do lixo, descarte do lixo fora dos horários estabelecidos entre outros, agravam os problemas com a limpeza urbana e coleta.

Esse cenário motiva a realização de políticas voltadas para a educação ambiental não apenas para a população em geral, mas também para as empresas produtoras de mercadorias de consumo doméstico e industrial. Acredita-se que este esforço pode não apenas melhorar o serviço de limpeza, da coleta de lixo e do destino final dos resíduos sólidos, mas, principalmente, controlar a produção do lixo na cidade de Vitória da Conquista.

As condições gerais dos equipamentos e serviços urbanos coletivos, nos assentamentos e ocupações, embora apresentem diferenças espaciais sutis, fortalece a idéia de que estejam de fato relacionados com o processo geral da acumulação capitalista e, portanto, expressam a divisão territorial do trabalho. Por se tratar de áreas em que as condições e relações de trabalho possuem um alto grau de precariedade, apresentam, também, uma intensa precariedade de acesso aos equipamentos e serviços urbanos coletivos. Para Ikuta (2003, p. 39) isto revela uma superposição sócio-territorial das precariedades[47], em que, "todo o conjunto de sub-condições de existência, estão "confinados" nas áreas mais precárias da cidade".

Esta realidade confirma a tese de que na cidade produzida sob a lógica do capital, os equipamentos e serviços urbanos coletivos são mercadorias com acessibilidade restrita. Este quadro comparado com o conjunto da cidade é suficiente para afirmar que os assentamentos e ocupações concentram os baixos rendimentos e se configuram em bolsões de miséria e de pobreza na cidade de Vitória da Conquista - BA.

Esta constatação leva a crer que as políticas implementadas pelo Estado e pela sociedade civil não foram capazes de superar os

[47] Para Ikuta (2003), a superposição sócio-territorial do conjunto das precariedades acontece tendo em vista que, "as tendências do desemprego estrutural e a precarização das condições das relações de trabalho são fenômenos [...] que influem diretamente, objetiva e subjetivamente, em todos os demais aspectos da vida dos trabalhadores, que são ao mesmo tempo, moradores, usuários de transporte coletivo, consumidores de água, luz, esgoto, asfalto, serviços de saúde, educação, lazer, etc." (IKUTA, 2003, p.39)

problemas enfrentados pelos assentamentos e ocupações. As intervenções públicas a partir de 1991, com a institucionalização da política de habitação via PMHP, representaram o assentamento ou deslocamento de moradores de áreas de ocupações para lotes "urbanizados" com a concessão do direito especial de uso significando, apesar de um pequeno avanço em sua forma de estrutura e organização, na maioria dos casos, a manutenção das precariedades nas condições de existência dessas famílias.

Ao analisar esta tendência de atuação do Estado na urbanização capitalista, Lojkine (1997) salienta que a atuação do capital por dentro do Estado transforma as suas intervenções no espaço urbano na "[...] forma mais elaborada, mais desenvolvida, da resposta capitalista à necessidade de socialização das forças produtivas" (Ibid). Com isso, as políticas urbanas do Estado capitalista seriam "´contratendências´ produzidas pelo próprio MPC para regular, atenuar os efeitos negativos – no nível do funcionamento global das formações sociais – da segregação e da mutilação capitalista dos equipamentos urbanos" (Ibdem, p.191). Isso revela a contradição das políticas urbanas capitalistas.

Segregação Sócio-Espacial e Participação Cidadã

A análise sócio-espacial dos assentamentos e ocupações permite reafirmar a existência de uma "superposição sócio-territorial das precariedades", ou seja, numa mesma área registra-se a necessidade de melhorias nas condições e relações de trabalho e nas condições de acesso aos equipamentos e serviços urbanos coletivos: implantação de pavimentação, iluminação, abastecimento de água, esgotamentos sanitário, transporte, escola, creche, trabalho, moradia etc. O panorama esboçado demonstra ainda o nível de segregação residencial e o grau de desigualdade sócio-econômica, em que os moradores dos assentamentos e ocupações em estudo, estão submetidos.

Assim a segregação sócio-espacial manifesta-se de diferentes formas: na distribuição da renda, na qualidade e localização das habitações e no nível de acessibilidade física e social aos equipamentos e serviços coletivos urbanos.

Essa segregação sócio-espacial aponta a necessidade de maior empenho do poder público e da sociedade civil na busca da melhoria da qualidade de vida e do aumento de justiça social. A realidade obriga-nos

a afirmar que a Política Municipal de Habitação Popular quase sempre tem gerado espaços segregados e mutilados dos equipamentos e serviços urbanos coletivos sendo, portanto, urgente a implementação de políticas para a correção dos desequilíbrios sócio-espaciais. Reconhece-se que muitas dessas políticas já estão previstas na Lei nº. 1.186/03, mas, aguardando que o planejamento caminhe efetivamente em sintonia com a gestão e sejam colocadas em prática.

Para tanto, a participação da sociedade civil de forma autônoma é fundamental, entretanto, seguindo a uma tendência global, as associações de moradores dos assentamentos e ocupações perderam enormemente a capacidade de pressão popular. Muitas estão inadimplentes pela falta de prestação de contas à receita federal, outras desapareceram e as sobreviventes são alvo de denúncias de toda ordem: cooptação por partidos políticos, incompetência administrativa, inoperância, dentre outros que foram apontados pelos moradores. Esta crise de credibilidade das associações dificulta ou mesmo impede o envolvimento dos moradores e, consequentemente, anula a possibilidade de redefinição política e administrativa das associações. Por outro lado, os presidentes de associações entrevistados, também levantam preocupações quanto às dificuldades de reunir os moradores para a discussão de temas relativos à habitação popular.

O quadro geral em que se encontram as associações em pauta não contribui para a conquista da autonomia. Pelo contrário, produz conseqüências como a cooptação e a manipulação, considerando que a população não participa das discussões e, portanto, as deliberações não refletem os interesses do conjunto dos moradores. Por outro lado, o movimento de moradia também enfrenta uma série de dificuldades. Apesar de sua preocupação com a autonomia, fato que para o movimento justifica a sua atuação por fora do Estado possui tanto a sua composição quanto as suas ações muito restritas, o que levanta dúvidas quanto à sua autonomia coletiva e quanto ao seu caráter de movimento social autêntico, nos moldes propostos por Souza (2002).

Esse cenário faz com que as reivindicações e lutas sejam canalizadas para o Conselho Municipal de Habitação Popular criado em 2003. Mesmo reconhecendo a importância deste Conselho e da sua composição paritária, o seu funcionamento e a sua autonomia

ainda merecem atenção, seja pela limitação das discussões às questões técnico-administrativas, seja pela fragilidade da participação popular.

Fato é que o enfraquecimento dos movimentos, organizações e associações e sua prática fragmentada e "emparedada" tem refreado a luta pela melhoria da qualidade de vida e o aumento da justiça social dos assentados e ocupantes.

Considerações Finais

O exame da espacialidade das intervenções do Estado, da sociedade civil e do capital, na cidade de Vitória da Conquista, nos leva a uma primeira constatação: todas contribuíram ao longo das décadas de 1980 e 1990, para o processo de segregação sócio-espacial da população estudada, em áreas situadas nos limites últimos da malha urbana, prevalecendo a concepção reducionista em que a habitação significa abrigo e, portanto, é negado o direito à cidade e ao urbano. O que reforça a tese de que a solução para o problema da habitação não está na produção capitalista de unidades residenciais.

A materialização da segregação sócio-espacial pode ser percebida, não apenas na localização dessas áreas, mas no nível das habitações, na desigualdade sócio-econômica e no nível de acessibilidade física e social aos equipamentos e serviços urbanos coletivos.

A nosso ver, com aprovação da Lei nº. 1.186/03, resultante dos debates realizados na 1º. Conferência Municipal de Habitação Popular, é redefinida a política de habitação com a criação do Fundo e Conselho municipais de habitação, dentre outros encaminhamentos, representando um marco na história de lutas pela moradia na cidade em pauta. A despeito do conjunto das precariedades enfrentadas nos assentamentos e ocupações, Vitória da Conquista é uma das poucas cidades brasileiras, de porte médio, que possui lei específica da habitação popular, com Fundo e Conselho constituídos. Não se tem conhecimento de nenhuma outra cidade de porte médio no Nordeste brasileiro nestas condições.

Apesar disso, a sociedade civil, precisa intensificar a luta pelo direito à moradia, superando o "emparedamento" e a fragmentação que aniquilam as associações, movimentos e organizações, para pensar

a cidade em sua totalidade e entendendo que o direito à moradia não está isolado dos outros direitos como a saúde, educação, meio ambiente, trabalho, entre outros e, portanto, há que se pensar numa luta conjunta com os movimentos sociais urbanos, tendo a autonomia como princípio orientador de suas ações. Esse tipo de comportamento fortalece os movimentos e a sua participação nos diferentes fóruns de debate e deliberação e, desse modo, será possível falar em democracia e participação cidadã.

Apenas nesta direção, é que se acredita na possibilidade de diminuição dos impactos da segregação sócio-espacial e na recuperação da autonomia da participação popular, pilares para a melhoria da qualidade de vida e para o aumento da justiça social.

Referências

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade.** Tradução Armando Corrêa da Silva, São Paulo: Hucitec, 1980.

IKUTA, Fernanda K. **A Questão da moradia para além de quatro paredes: uma reflexão sobre a fragmentação dos momentos sociais da produção e da reprodução em Presidente Prudente/SP.** Presidente Prudente/SP, 2003. Dissertação de Mestrado, na Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciência e Tecnologia, 2003.

LEFEBVRE, Henry. *O* direito à cidade. **São Paulo: Centauro, 2001. (Tradução Rubens Eduardo Frias)**

LOJKINE, Jean. *O estado capitalista e a questão urbana*. 2. ed. Tradução Estela dos Santos Abreu. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

PROJETO DO PLANO DIRETOR URBANO (PDU), vol. I, Vitória da Conquista - BA, 2004.

RAMOS, Maria Helena R. e SÁ, Maria Elvira R. Avaliação da política de habitação popular segundo critérios de eficácia societal. In: RAMOS, Maria Helena R. (Org) **Metamorfoses sociais e políticas urbanas.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SOUZA, Marcelo L. de. **Mudar a cidade. Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

SUERDIECK, Flávia S. R. e MAGALHÃES, Daniel S de. Padrão habitacional e infra-estrutura básica na Bahia dos anos 1990. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Panorama social da Bahia nos anos 1990.** Salvador: SEI, 2003, pp. 123-1159.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. **Por uma geografia do trabalho.** IV Colóquio Internacional de Geocrítica, Barcelona, 2002, p. 7. Disponível em: WWW.prudente.unesp.br/ceget/pegada/pegesp2.htm